

Terça-Feira, 23 de Junho de 2026

## **Vereadores aprovam requerimento sobre contrato de recolhimento de lixo hospitalar após fiscalização na Saúde de VG**

### **Resíduos hospitalares**

Redação

Após uma vistoria realizada na Secretaria Municipal de Saúde, os vereadores Gisa Barros, Kleberton Feitoza e Denival Galibert apresentaram indícios de irregularidades envolvendo a destinação de medicamentos vencidos e a coleta de resíduos hospitalares. Em decorrência disso, os parlamentares, juntamente com os vereadores Jero Neto e Rogério de França Martins (Rogerinho), protocolaram o Requerimento nº 70/2025, solicitando esclarecimentos formais à Secretaria de Saúde.

O documento, aprovado na sessão plenária do dia 6 de maio, requer informações sobre o volume de lixo hospitalar recolhido em 2025 pela empresa Máxima Ambiental Serviços Gerais e Participações LTDA-EPP, os valores pagos no período e a identificação dos fiscais responsáveis pelo contrato.

Durante a discussão, a vereadora Gisa Barros alertou para o aumento no valor do contrato com a empresa, que passou de R\$ 764 mil em 2024 para R\$ 871 mil em 2025. “Mesmo com esse aumento, nenhum tipo de medicamento da vigilância sanitária foi recolhido este ano. Já entrei em contato com a responsável da Zona Oasis, na presença do superintendente Carlos, e fui informada que nenhum descarte foi feito lá. Queremos saber se já houve pagamento à empresa. É o mínimo que a população espera: transparência e resposta”, afirmou.

O vereador Denival Galibert reforçou a crítica, relatando a falta de conhecimento por parte da própria gestão sobre a execução do contrato. “Durante a fiscalização, o superintendente não soube dizer quem é o fiscal responsável. Estamos há 726 dias com o dinheiro sendo repassado e, até agora, os serviços não estão sendo realizados. Queremos explicações”, declarou.

O requerimento segue os princípios da fiscalização e transparência previstos no Regimento Interno da Câmara e na Lei Orgânica Municipal. Os vereadores também alertaram que a ausência de resposta, ou a prestação de informações falsas ou incompletas, pode configurar crime de responsabilidade.

Da assessoria de comunicação